

Democracia, Educação e Planejamento

José Carlos Rothen e José Carlos S. Araújo – UNITRI

O objeto deste é demarcar as posições de Jayme Abreu, um escolanovista que assume, a partir dos anos 1940, a questão educacional brasileira como uma preocupação teórico-pedagógica. Especificamente, privilegiam-se aqui vários artigos seus publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* nos anos 1960.

Estruturalmente, esse texto se organiza em torno das relações construídas entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), procurando situar a trajetória que insira Jayme Abreu nessas instituições, procurando caracterizar as instâncias em que atua como teórico e como gestor. Suas concepções em torno da educação na conjuntura dos anos 1960 permitem situa-lo em torno dos seguintes eixos: democracia, método científico e planejamento, sobre os quais se configura esta comunicação.

1 O INEP e a RBEP¹

O INEP foi concebido em 1936 na gestão do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema. A sua instalação ocorreu em 1938 graças à habilidade política de Lourenço Filho que vinculou as atividades do Instituto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão que tinha prestígio no Estado Novo. Esta vinculação, por um lado, permitiu o desenvolvimento de pesquisas educacionais, por outro, a estrutura inicial do INEP visava atender às necessidades do DASP. Em relação às atividades referentes à educação, o INEP em sua história se caracterizou por desenvolver atividades relacionadas à pesquisa, à documentação, e à divulgação pedagógica e de executar políticas para a educação.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* desde seu primeiro número é uma publicação oficial do INEP, mantendo autonomia em relação ao Ministério da Educação. Durante o período que Lourenço Filho tem forte influência no INEP (1938-1945), a linha editorial da Revista mantém-se coerente com a proposta editorial apresentada no seu primeiro número: adota o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de

temas práticos. Na gestão de Murilo Braga (1946-1952) como diretor do INEP, os artigos relacionados aos temas práticos têm o volume de publicação diminuído, porém, os de psicologia aplicada têm o volume de publicação aumentado.

Anísio Teixeira, ao assumir a direção do INEP em 1952, retoma o objetivo de tornar o Instituto um órgão de pesquisas educacionais. Em 28/12/1955, cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. O CBPE é um centro de pesquisa dentro de um Instituto de pesquisa, fato que se deve interpretar como a tentativa de Anísio Teixeira de romper com o passado do INEP.

No período de 1952 a 1961, são publicados na *RBEP* artigos referentes à discussão a elaboração da LDB/1961. Ester Buffa (1984), ao analisar “os conflitos ideológicos ocorridos durante a tramitação da Lei de Diretrizes Bases e a participação da RBEP”, afirma que a Revista tomou o partido dos defensores da escola pública.

No período 1962 a 1971, a influência de Anísio Teixeira continua marcante no Instituto, e conseqüentemente na *RBEP*, mesmo após o Golpe Militar de 1964, quando deixa de exercer o cargo de diretor do Instituto.

A análise estatística dos autores presentes na *RBEP* revela que os que mais publicaram na Revista têm ligação com o INEP. Nesse período, a composição do Conselho de Redação da Revista praticamente se mantém inalterada, o que permite a constância da sua linha editorial. A leitura dos editoriais e a visão geral do que é publicado, e de quando é publicado permite afirmar que os editores da Revista adotam os seguintes aspectos na definição da linha editorial: a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília.

2 Uma rápida biografia.²

Jayme Abreu nasceu em Salvador em 16 de fevereiro de 1909 e morreu no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1973. Em 1930, formou-se em medicina e no ano seguinte foi nomeado Inspetor Federal do Ensino Secundário. Contrariando a tradição dos inspetores de manterem-se na função burocrática, desenvolve estudos sobre a área de educação, sendo o primeiro inspetor a ter conhecimento sobre o assunto.

Na década de 1940 conhece Anísio Teixeira com quem desenvolveu uma relação de amizade e de cooperação intelectual que durou por toda a vida. Em 1947, Anísio Teixeira ao assumir a Secretaria de Educação da Bahia no Governo de Otávio Mangabeira o convida a trabalhar no seu gabinete e em 1949 a assumir a superintendência do Ensino Médio. Em 1952 Anísio Teixeira ao assumir o INEP transfere Jayme Abreu para o Rio de Janeiro.

No INEP, Jayme Abreu assume papel estratégico na reestruturação do Instituto. Anísio Teixeira no seu discurso de posse da direção do INEP apontou que o Instituto teria se desviado da sua função original, a saber, de realizar pesquisas relativas à educação. Coerente com a sua crítica, Anísio Teixeira, nos primeiros anos da sua gestão no INEP conduz a elaboração do projeto de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com a clara intenção de reconduzir o Instituto à sua função original. A elaboração do projeto contou com a efetiva participação de Jayme Abreu. Em 1957, Jayme Abreu assume a coordenação Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE e mantém-se no cargo até a sua morte. Em 1959 torna-se o Diretor Executivo da Comissão de Redação da *RBEP* e até a sua morte, em 1973, participa do Conselho de Redação da Revista.

Jader de Medeiros Brito relata que Jayme Abreu utilizou-se da pesquisa como um fator de auxílio para superar a dor da morte da sua esposa. Brito assim caracteriza Jayme Abreu: “[...] o homem de idéias, o pesquisador, o estudioso de nossos problemas educacionais tenha prevalecido sobre o homem de ação”.

O estudo realizado na pesquisa que fundamentam este trabalho permite afirmar que o fato de Jayme Abreu não ter assumido cargos administrativos e políticos não nos impede de classificá-lo como um homem de ação. A coordenação da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE, a dedicação à divulgação dos resultados de suas pesquisas e de outros autores, e a sua efetiva participação na redação da *RBEP* são as formas utilizadas pelo médico apaixonado pela pesquisa em influenciar a elaboração das políticas educacionais de seu tempo.

3 A dinâmica do pensamento de Jayme Abreu

O objeto de pesquisa de Jayme Abreu no CBPE refletia as suas antigas preocupações

como Inspetor Federal: a educação secundária. O problema principal que ele enfrenta em suas pesquisas vai além do seu objeto, a saber, a formulação de políticas públicas para a educação que atendessem as necessidades do país. A dinâmica do pensamento educacional de Abreu ancora-se nas categorias de democracia, método científico e planejamento.

3.1 Democracia

Ao criticar a instabilidade dos regimes políticos da América Latina, ele assim definiu:

“Se a democracia é, sociologicamente falando, um fenômeno de participação social efetiva, não circunscrito apenas ao voto eleitoral, senão manifestado pelo cidadão através de todo o corpo social por seus múltiplos grupos ativos, logo se infere das condições socioculturais do continente que, nele, a democracia pode ser apenas formal e não militante” (**RBEP**, n. 86, p. 12).

Entendia que em uma democracia representativa o Estado deveria assumir o papel essencial de estabelecer os objetivos nacionais e realizar ações para que estes fossem atingidos. A legitimidade do Estado para exercer tais prerrogativas encontrar-se-ia no fato dele ser “o procurador autorizado das necessidades do povo” e por dispor “de meios e instrumentos para atende-las” (**RBEP** n. 81, p. 9). Assim, em relação à educação, seria de competência do Estado formular os objetivos gerais da educação e promove-la mediante a instalação de escolas públicas.

Tendo em vista as reivindicações das escolas particulares, Abreu afirmou que essas deveriam ser controladas pelo Estado e apenas excepcionalmente receber recursos públicos. As escolas particulares, em especial as católicas, seriam o exemplo de instituições não democráticas, pois elas ainda manteriam a mesma estrutura colonial formando apenas a classe dominante e excluindo o restante da população. (**RBEP** n. 82, p. 6-14).

Ao questionamento de que a escola promovida pelo Estado poderia ser um dos fundamentos do Estado autoritário, respondeu com uma descrição do papel que a organização da escola brasileira estaria tendo na democratização do país, em suas palavras: “O que entre nós existe não é nenhuma escola estatal totalitária, mas sim a escola pública de ampla franquia democrática, sem imposições proselitistas nem discriminações seletivistas” (**RBEP** n. 81, p. 20).

Ao analisar, em 1960, a reforma da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo defendeu a tese que a descentralização das decisões seria condição para a democratização da escola. Citou o caso norte-americano, no qual parte significativa das decisões seria tomada pela comunidade local. Não encontramos nos textos de Abreu como se daria a articulação entre a definição dos objetivos da educação e a descentralização das decisões.

A democratização da educação não significaria apenas a oferta de ensino a todos, mas sim a oferta de ensino de qualidade. Em diversos momentos fez veemente crítica ao aumento da quantidade de escolas em detrimento da qualidade. Chamava de pseudo-educação aquela que oferecesse menos que o mínimo necessário; lembrando Anísio Teixeira, afirmou que a dose mínima de educação necessária não sendo atingida, ocorreria fenômeno igual ao da tomada de medicamento em dose insuficiente: nada adianta, é dinheiro jogado fora” (**RBEP** n. 82, p. 105). Mesmo considerando impopular, defendeu a tese de que é melhor dar muita educação a poucos do que pouca educação a muitos.

3.2 Método Científico

Jayme Abreu, o médico apaixonado na juventude pelas experiências de laboratório, defendia que o método científico deveria nortear a educação, tanto como método de ensino, como na elaboração das políticas para educação. Em relação às práticas de ensino, defendia a implantação do método experimental de Dewey, em contraposição ao ensino verbalista que desconsideraria a realidade da maioria da população. O “experimentalismo” levaria à revisão dos objetivos da escola, os quais estariam vinculados aos interesses de uma classe média e à manutenção do *status quo*. Essa nova prática seria uma das condições para a democracia, pois permitiria que os temas sociais não discutidos tivessem “um livre exame pelo método da inteligência por processos objetivos, racionais de avaliação e julgamento” (**RBEP** n. 82, p. 152).

No mesmo sentido de que o aluno deveria ter a sua aprendizagem baseada na experiência, a escola deveria também fazer experiências de novas práticas visando a formação de uma nova educação. Na sua avaliação das classes secundárias experimentais, ele reafirmou a necessidade da adequação das práticas pedagógicas às diversas realidades

do país. (RBEP n. 78, p. 11)

Na elaboração de políticas públicas para a educação – que é o tema que Jayme Abreu aborda prioritariamente nos textos publicados na REBEP – a importância da utilização dos métodos científicos está relacionada com a categoria Planejamento.

3.3 Planejamento

Jayme Abreu assim definiu planejamento

“Intrinsecamente, a noção de planejamento não é outra senão a da aplicação de métodos científicos ao trato de fenômenos naturais e sociais, com o propósito de aumentar a capacidade de previsão humana e de ensejar intervenção no processo de desenvolvimento social, acelerando-o ou modificando-o” (RBEP n. 92, p. 115).

Em outras palavras, o planejamento é a aplicação dos métodos científicos para que se possa promover o desenvolvimento. Ele assim define o desenvolvimento.

“Entendemos desenvolvimento como a resultante do funcionamento da correlação estrutural, interdependente nos vários planos que a formam, sejam eles o político, o econômico, o cultural, como componentes integrantes que são do processo social global. Vem ele a se constituir assim numa crescente racionalização do processo histórico-social de uma comunidade” (RBEP n. 91, p. 6).

Essa definição pontual de desenvolvimento não é acidental no pensamento do autor, mas, representava o norte das suas pesquisas. Ao assumir a visão de desenvolvimento como a “resultante da correlação estrutural”, Jayme Abreu estruturou a sua argumentação defendendo a idéia de que o planejamento educacional deveria estar relacionado com outros planos: político, econômico e cultural. Assim, Abreu vinculou o planejamento educacional ao econômico, mas não como uma vinculação de subordinação de um ao outro.

Na pesquisa que fundamenta essa comunicação, identificamos que a idéia de que o planejamento deve ser global encontra ressonância com a sua interpretação das teorias do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) expressas por Álvaro Vieira Pinto, principalmente do conceito de “totalidade dialética”. Aqui, faremos uma breve reconstrução da interpretação que Abreu dá a esse conceito, não com o objetivo de identificar se a sua interpretação está correta ou não, mas sim para contextualizar o seu pensamento.

O conceito de totalidade dialética superaria a visão de que os problemas sociais seriam independentes entre si, e que cada um poderia ser solucionado isoladamente, e a visão de que haveria uma relação causal de circularidade entre os problemas sociais – ele

exemplifica com a circularidade pobreza/doença: a pobreza é a causa da doença e esta, por sua vez, a da pobreza. A primeira visão teria a limitação de que ao elaborar propostas para a educação desconsideram-se os outros fatores, a segunda, seria limitada por implicar em um círculo vicioso que não poderia ser alterado. O conceito de totalidade dialética permitiria, por um lado, a compreensão de que “é inútil tentar isolar e solucionar isoladamente os problemas nacionais na medida em que nenhum deles é produto de causas parciais”; por outro, a compreensão de que os múltiplos aspectos sociais “pertencem a um dinamismo objetivo que os vai modificando a todos simultaneamente, ao longo do processo transformador da realidade” (**RBEP** n. 91, p. 8).

Outra influência marcante no pensamento de Jayme Abreu foi a teoria do capital humano nos termos da “Escola de Chicago”: o investimento em educação tem retorno econômico; que uma nação além de contar com capitais materiais deveria contar com o capital humano. Segundo a interpretação de Jayme Abreu, o capital humano pertenceria tanto ao indivíduo como à sociedade. No âmbito individual, ele relatou estudos que indicavam que o aumento de escolaridade dos indivíduos teria reflexos diretos nos rendimentos desses. No âmbito social, as exigências do desenvolvimento apontariam a necessidade da ampliação da mão-de-obra qualificada. Contudo, a formação da mão-de-obra não poderia ser ilimitada, pois a capacidade de absorção pela sociedade dessa mão-de-obra seria limitada.

Jayme Abreu não reduzia a função social da educação ao aspecto econômico, ele apontava que os objetivos da educação seriam amplos, “como os de realização individual, de civismo, de igualdade de oportunidades, de cidadania, de estabilidade social e, afinal dos vários outros fins sócio-culturais de que a educação é instrumento” (**RBEP**, n. 90 p. 196).

Em sua avaliação, o planejamento social da educação deveria conciliar dois métodos: o cultural e o da mão-de-obra. O método cultural estaria vinculado às necessidades de educação relacionadas com a formação do cidadão; por sua vez, o método da mão-de-obra com a formação de trabalhadores qualificados para o desenvolvimento do país.

De forma resumida, no planejamento dever-se-iam considerar os seguintes aspectos a) identificar as necessidades da educação b) avaliar os recursos mobilizáveis c) “programar

as linhas diferenciadas dessa expansão quantitativa”, isto é, definir quais tipos de escolas deveriam ser expandidas; d) “resolver o problema sempre difícil, de preservar a qualidade na quantidade” (RBEP n. 88, p. 23-35).

Considerações Finais

Visando uma finalização, pode-se entrever em tais posicionamentos um democrata liberal, sintonizado com as questões educacionais brasileiras, inspirado nas históricas posições do escolanovismo brasileiro – no caso aqui, inspirado nas posições de John Dewey -, na perspectiva de afirmar a ciência – e, em particular, o método científico – como norteadora dos direcionamentos teórico-pedagógico e político-educacional, bem como do planejamento educacional necessário em situar os rumos da educação brasileira.

Assim sendo, a educação é aqui vista numa perspectiva pluridimensional, ou seja: a política, a economia, a sociologia – enfim, o aporte científico se apresenta como norteador do campo educativo, somando-se à teoria educacional escolanovista, que além de assumir tal aporte científico (inclusive o constituído pela biologia e pela psicologia), apresenta em seu bojo concepções filosófico-antropológicas constituídas pelo pragmatismo.

Jayme Abreu é, no âmbito de tal contexto histórico e teórico-pedagógico, um intelectual e um gestor, que soube situar-se na instância governamental, de âmbito federal, vinculada à educação, aberto à compreensão do movimento histórico-educacional de então. Em termos de projeto, seu vínculo à postura liberal é evidente, por exemplo, ao defender a prioridade ao investimento público, mas contando com a iniciativa privada na solução dos problemas educacionais. Sua defesa de que a democracia possa ser apenas formal, revela os limites de sua concepção a respeito da mesma, o que sustenta sua posição de que a educação escolar a poucos é qualitativamente melhor do que a ampliação de escolas a muitos.

¹ Essa seção têm como fonte o texto: ROTHEN, José Carlos. Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. Piracicaba, Unimep 2004. Tese de doutorado

² Nesta seção tomamos referência os seguintes textos: PINHO, Péricles Madureira de. Bibliografia de Jayme Abreu. RBEP n. 132, p. 16-20. BRITTO, Jader de Medeiros. Jayme Abreu. In Dicionário de educadores no Brasil.